

Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia*

Henry Trindade Barretto Filho**

Resumo: Partindo de referências às tentativas de reforma do “desenvolvimento” – entendida como categoria fundamental da modernidade e observando a confusão conceitual ligada a esta noção, o ensaio resenha parte da literatura crítica em torno do tema para examinar como a diversidade cultural e o caráter autóctone de certos grupos sociais são concebidos pelos diferentes autores dentro do campo do “desenvolvimento alternativo”. O etnodesenvolvimento, mais uma tentativa de reforma do desenvolvimento, representa uma solução teórica e prática que não desafia esta categoria, posto que propõe apenas um ajuste de escala e a redefinição das unidades mais viáveis para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural, fracassando assim em seu esforço de nos oferecer outras idéias sobre o que seja a humanidade, sua felicidade e seu bem estar.

Palavras-chave: desenvolvimento; etnodesenvolvimento; crítica cultural.

Abstract: Beginning with references to the attempts for the reform of “development” – understood as the fundamental category of modernity – and observing the conceptual confusion linked to this notion, the essay account begins with the critical literature related to the theme in order to examine how the cultural diversity and the autochthonous character of certain social groups are seen by different authors within the field of “alternative development”. Ethnodevelopment, one more attempt to reform development, represents a theoretical and practical solution which does not challenge this category, as it proposes only an adjustment to the scale and a redefinition of the most viable units for economic, social, political and cultural development, thus failing in the effort to offer other ideas on what humanity is, their happiness and their welfare.

Key words: development; ethnodevelopment; cultural judgment.

*Uma versão original deste texto foi apresentada como resenha bibliográfica à disciplina *Teorias do Contato Interétnico e Etnodesenvolvimento*, ministrada pela professora Dominique Tilkin Gallois, no segundo semestre letivo de 1996, no PPGAS/FFLCH/USP. Com as alterações aqui inseridas, foi apresentado em Manaus, no dia 24 de março de 2003, durante a *VIII Semana de Ciências Sociais: Educação, Política e Desenvolvimento Sustentável na Amazônia*, promovida pelo Centro Acadêmico de Ciências Sociais-Yakinõ e pelo Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amazonas, aos quais agradeço pelo convite e pela oportunidade.

**Antropólogo, Diretor Acadêmico do Instituto Internacional de Educação do Brasil – IIEB.
henyo@iieb.org.br

*As vítimas são sempre as primeiras a conhecer o modo como o sistema opera.*¹

(IWGIA Yearbook 1988, *apud* Perrot, 1991, p. 9)

Começemos por enumerar alguns adjetivos, atributos e predicados que foram aplicados à noção de desenvolvimento ao longo do tempo com o objetivo de qualificá-la ou corrigi-la: subdesenvolvimento e sobre-desenvolvimento (Meillassoux, 1992); desenvolvimento industrial, capitalista ou socialista; mal-desenvolvimento, autodesenvolvimento e endo-desenvolvimento; desenvolvimento alternativo *ou* alternativas ao desenvolvimento (Perrot, 1991); desenvolvimento alternativo *e* etnodesenvolvimento (Stavenhagen, 1985 e 1991); desenvolvimento perverso e ecodesenvolvimento (Sachs, 1986); desenvolvimento apropriado e inapropriado (Trainer, 1990); economia adequada e inadequada (Pietilä, 1990); desenvolvimento comunitário (Bastide, 1979); desenvolvimento social e desenvolvimento humano²; desenvolvimento sustentável e/ou sustentado (Comisión, 1992; Diegues, 1992; Rattner, 1992; Ribeiro, 1992; Santos, 1991). A lista é inesgotável e poderíamos nos estender indefinidamente. Ribeiro lembra que as tentativas de reforma da noção de desenvolvimento - para ele, uma "ideologia/utopia central do mundo moderno"³ - são praticamente contemporâneas à sua chegada ao primeiro plano da cena no século XIX (Ribeiro, 1992, p. 4). Assim, no momento em que o desenvolvimento se constitui em categoria fundamental da modernidade⁴, ele o faz como um campo de lutas por supremacia interpretativa, em que diferentes "atores coletivos procuram estabelecer as suas perspectivas particulares sobre como se deve proceder com relação ao *desenvolvimento* como as mais corretas" (Ribeiro, 1992, p. 4).

Desse estado de coisas resulta a confusão conceitual ligada à noção de desenvolvimento. Palavra-chave na qual deságuam todas as tendências político-programáticas e ideológicas do segundo pós-guerra (mesmo as que se consideram antagônicas), metarrelato⁵ hegemônico da contemporaneidade, "noção-matriz, simultaneamente evidente, empírica [...], rica", ninguém ainda se deu conta, como observa Morin (*apud* Perrot, 1991, p. 5), que pelo fato mesmo de ser objeto de disputa conceitual, a noção é também obscura, incerta, mitológica e pobre. Isso significa que ela permanece não pensada do ponto de vista sociológico. A importância do desenvolvimento nos discursos capitalista liberal e socialista reflete o seu notável poder enquanto ideologia/utopia organizativa (Ribeiro, 1992, p. 15) e o seu caráter de resposta positiva e mágica aos problemas que ele próprio contribui para criar (Perrot, 1991, p. 5). Seu poder e ca-

ráter normativo fundam-se num conjunto de conotações associadas à idéia de progresso em sua matriz e que estão inscritas nas *nossas* consciências e no *nosso* imaginário coletivo. A questão é: quem e o quê constituem essa primeira pessoa do plural? “Nós” quem? Quais atores coletivos dão suporte sociocultural e histórico ao ideal do desenvolvimento, e se encontram sob o seu abrigo ideológico?

Mesmo que, como diz Perrot, a noção de desenvolvimento ecoe a idéia de que este constitui a própria felicidade e a emancipação dos indivíduos e coletividades à escala planetária, é necessário reconhecer que o desenvolvimento emerge em um contexto histórico e cultural determinado (cf. Diegues, 1992, p. 24) e ss.; Ribeiro, 1992, p. 4 e ss.; e Stavenhagen, 1985, p. 12) e ss.). Se se quer saber o que se passa de fato, diz Perrot, deve-se considerar o desenvolvimento como uma *relação* caracterizada pela transformação sistemática da natureza e das relações sociais em bens e serviços mercantis; uma valoração generalizada das pessoas e dos recursos naturais através dos mecanismos do mercado (Perrot, 1991, p. 5).

Ribeiro indica, por sua vez, que um dos aspectos integradores e organizativos da noção de desenvolvimento é prover “um rótulo *neutro* para se referir ao processo de acumulação em escala global”, já que ele se apresenta como um alvo universalmente desejado (Ribeiro, 1992, p. 14); ênfase minha). O outro aspecto integrador é que “a idéia de desenvolvimento como *performance* internacional apresenta-se dissociada das estruturas sociais”, dando um sentido e explicando as posições desiguais no sistema capitalista mundial, sem referir-se aos conflitos inerentes à situação de dominação e subordinação entre sociedades nacionais (Ribeiro, 1991, p. 14; ênfase no original)⁶.

Lithman (*apud* Perrot, 1991, p. 11), por seu turno, se expressa assim:

Expressar a relação em termos de desenvolvimento é um meio de evitar falar do que existe realmente. [...] Através das características atemporais, transitórias, difusas e descontextualizadas do idioma do desenvolvimento, é possível se unir em torno da necessidade de manter fluida a circulação de recursos.

Não estamos, portanto, falando de uma noção transcultural, mas sim de uma categoria histórica, característica de um “momento” significativo⁷ de constituição de uma dada formação social – o Ocidente contemporâneo – que se expande, se universaliza e submete outras formações sociais ao abrigo da noção de desenvolvimento. O que nos traz de volta à questão dos agentes sociais e atores coletivos que se reconhecem no e constituem o *nós* do desenvolvimento. Em outros termos, o que

fez com que Júlio Barbosa (ex-presidente do Conselho Nacional dos Seringueiros), Ailton Krenak (ex-presidente da União das Nações Indígenas), José Goldemberg (ex-Reitor da USP, ex-Ministro da Educação e da Ciência e Tecnologia) e José Sarney (Senador da República, ex-presidente do Brasil e do Congresso Nacional) atendessem todos juntos à convocação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, do Banco Interamericano de Desenvolvimento e do Tratado de Cooperação Amazônica, para formar uma “Comissão Amazônica de Desenvolvimento e Meio Ambiente” com o objetivo de auxiliar as discussões sobre meio ambiente e desenvolvimento na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-1992? Por quais caminhos índios, seringueiros, cientistas, burocratas e políticos tradicionais, situados em posições estruturalmente antagônicas, convertem-se em meras “personalidades destacadas”⁸, portadoras de uma “enorme carga de *vontade comum* para melhorar a sina dos povos amazônicos” (Comisión, 1992: iii; ênfase minha)?⁹. Tudo se passa como se o conflito de interesses entre os grupos, o antagonismo de classe e a mediação sociocultural se anulassem completamente. Estaríamos nós, nos termos de Marcel Mauss, experimentando a consolidação de um “fundo comum” no qual a idéia de desenvolvimento seria o fato civilizatório por excelência (Mauss, 1981)?

Como nota Ribeiro, a partir de pesquisa de antropólogos suecos, a definição plástica e escassa da noção de desenvolvimento é o que tem garantido a sua viabilidade contínua. Suas múltiplas faces e a sua abrangência permitem um enorme número de apropriações e leituras divergentes e opostas (Ribeiro, 1992, p. 2-3). “Esperanto da modernidade”, conforme de Perrot (1991, p. 11), a idéia de desenvolvimento parece operar como um idioma de comunicação entre diferentes partes em presenças tais como as “personalidades destacadas” já referidas, que elaboraram o documento *Amazônia sem Mitos*.

Reconhecendo as complexas e ricas possibilidades de reinterpretção de “traços culturais” de um grupo a outro, entre os quais “idéias” e “idiomas” culturais, pode-se então colocar a questão da relação entre desenvolvimento e povos indígenas etnicamente distintos. Estes têm sempre estado presentes na mesa de negociações do desenvolvimento, ainda que como objetos cujo desaparecimento constitua o objetivo mesmo das políticas dos planejadores do desenvolvimento, como sugere Stavenhagen (1991, p. 53). É importante frisar que muitos adjetivos aplicados à noção de desenvolvimento com objetivo corretivo, conforme enumeramos no primeiro parágrafo, são respostas ao desafio posto pela situação das víti-

mas primeiras dos “efeitos patológicos” do desenvolvimento, os avalistas preferenciais dos “custos sociais inevitáveis” das políticas de desenvolvimento: os povos indígenas.

É assim que, preocupado com o gigantesco rastro etnocida que a onda desenvolvimentista tem deixado atrás de si, Stavenhagen pergunta: “de que forma a etnicidade se articula ao processo de desenvolvimento?” (Stavenhagen, 1985, p. 37). Com base em sua experiência na África, o antropólogo Claude Meillasoux sugere que a manutenção de modos tradicionais de produção na periferia do sistema capitalista tem sido instrumental na transferência de capital para os grandes centros do sistema capitalista internacional na forma de sobre-trabalho. Segundo ele, isso ocorre porque, nas “situações de reserva”, a reprodução social da força de trabalho é quase que totalmente assegurada pelo grupo doméstico, como unidade de produção, desonerando o salário direto desta responsabilidade. Este seria o cerne do imperialismo como modo de exploração do trabalho e reprodução ampliada do capital na atual configuração do sistema mundial (Meillasoux, 1992, p. 14). Isso o leva a afirmar de saída em um artigo seu, que:

É preciso, em primeiro lugar, constatar o seguinte: os objetivos econômicos das políticas de “desenvolvimento” aplicadas aos países do Terceiro Mundo foram alcançados - o desenvolvimento das grandes potências capitalistas é um sucesso.

Perrot (1991, p. 6), por sua vez, indica como o sistema econômico internacional, os grandes projetos de desenvolvimento e, de modo ainda mais astucioso, um grande número de pequenos projetos têm expropriado os povos indígenas de suas terras e das relações que têm com a natureza, o cosmos, os ancestrais e os deuses. Isto atinge também as relações sociais, o saber indígena e os vínculos que dão vida ao tempo e ao espaço, tal como os povos indígenas os concebem.

Como um monstro devorador, o paradigma do desenvolvimento em suas múltiplas manifestações acabou absorvendo a própria crítica ecológica, formulando soluções de compromisso conceitual, como a noção de desenvolvimento sustentável¹⁰. A imagem não mais do bom selvagem, mas do selvagem conservacionista tal como é mapeada por Clad (1984, p. 68) foi importante na disseminação da idéia de que as peculiaridades culturais, os modos de vida tradicionais e os estilos de vida indígenas (*indigenous lifestyles*) poderiam representar “alternativas (mais ou menos efetivas) ao desenvolvimento”. Assim sendo, a discussão sobre a “dimensão cultural” do desenvolvimento poderia servir para embaralhar o ideal do desenvolvimento.

Esperava-se das vozes minoritárias contribuições importantes para esse debate. A valorização dos recursos naturais, técnicos e humanos *locais* orientada para a autonomia e a auto-sustentação, o aproveitamento¹¹ das tradições culturais existentes, a abordagem do desenvolvimento segundo uma visão interna, o respeito ao meio ambiente e a preocupação com as “necessidades básicas”¹² seriam elementos centrais do “desenvolvimento alternativo” nos termos de Stavenhagen (1985, p. 17 e ss.). Alternativos porque baseados em princípios organizativos que foram sempre ignorados pelo paradigma dominante do desenvolvimento¹³ e para cuja lembrança o conhecimento antropológico poderia contribuir.

Nesse sentido, é importante notar como o caráter autóctone e a especificidade cultural são concebidos pelos diferentes autores dentro do campo do “desenvolvimento alternativo”. Seja, como indica Pietilä (1990), sob a forma da “nova” perspectiva aberta pela compreensão da importância da economia doméstica, do trabalho não remunerado em especial o de mulheres e crianças e da “subsistência” não monetarizada; seja, como indica Trainer (1990), no fortalecimento da auto-suficiência e da independência econômica das vilas camponesas e indígenas, permitindo-lhes um envolvimento cada vez menor na economia monetária; seja, como sugere Stavenhagen (1985), na definição das unidades domésticas camponesas como o “novo” objeto do planejamento econômico e social, e no reconhecimento das comunidades étnicas como organizações funcionais intermediárias entre o indivíduo e a política; seja, como sugerem Diegues (1992) e o documento da referida Comisión (1992), na qualidade de “reservas de conhecimentos tradicionais” e “sistemas engenhosos” de apropriação e manejo de “recursos” naturais, aos quais se pode atribuir um valor de mercado sob a forma de “serviços ambientais prestados” e que podem contribuir para um “novo estilo de aproveitamento” destes mesmos recursos; tudo indica que a noção de autoctonia varia ao mesmo tempo em que a noção de desenvolvimento se transforma na luta por supremacia interpretativa em torno da mesma.

Parecem procedentes, portanto, as críticas de Perrot e outros, que apontam a noção de etnodesenvolvimento como uma contradição em termos e chamam atenção para a cilada que é discutir a dimensão cultural do desenvolvimento ou a promoção do desenvolvimento cultural. Estas expressões, segundo ela, repousam numa metáfora inconsciente segundo a qual bastaria verter o conteúdo do desenvolvimento num continente cultural. Ora, os princípios da autodeterminação e da autonomia estariam ameaçados, desde o início, pelo próprio “direito ao desen-

volvimento” – a rigor um disfarce retórico da obrigação e do “dever do desenvolvimento”.

De fato, espera-se que essas “vozes” [minoritárias] participem e sejam consultadas, mas que elas não se dêem os direitos de recusar o desenvolvimento e de controlar integralmente o que se passa em suas terras (Perrot, 1991, p. 9).

A encruzilhada em que nos encontramos poderia, portanto, ser traduzida do seguinte modo. Ramos observa que na Antropologia e/ou Etnologia *brazilian style* (Ramos, 1990), o compromisso ético e político do(a)s antropólogo(a)s com as coletividades que constituem seus objetos de investigação é um dado, ou melhor, faz parte da pedagogia do silêncio característica do ensino da Antropologia na nossa formação social, podendo ser considerado como uma marca distintiva da Antropologia “brasileira”¹⁴. Se assim o é, se tradicionalmente vemos as sociedades indígenas para além da aldeia, nas suas relações com as sociedades nacional e internacional, que se pretendem e se constituem historicamente como mais inclusivas¹⁵: como compreender de modo reflexivo e com distanciamento crítico, essa nossa preocupação sempre presente de estimular processos qualitativos de mudança social induzida, que produzam efeitos positivos na qualidade de vida desses grupos, e a nossa atuação política interessada nessa direção? Estaríamos nós efetivamente trabalhando como elementos catalisadores de processos socioculturais que assegurem a esses grupos a autonomia; o direito de controlar suas próprias terras, seus próprios recursos, suas instituições, sua organização social e cultural; a liberdade de escolher que caminho seguir e de negociar com o Estado para definir que tipo de relações desejam estabelecer com este? Lembremos que são estes, para Stavenhagen, os componentes da noção de etnodesenvolvimento (1991, p. 57).

Ou então, conscientes de que desenvolvimento não é uma categoria transcultural e cientes do nosso posicionamento em pontos centrais de fluxos de financiamento a projetos integrados de conservação e de desenvolvimento dirigidos a esses grupos por agências e bancos multilaterais cujo passivo socioambiental é trágico e que têm sido os agentes privilegiados do sobredesenvolvimento dos países “ricos”, não estaríamos nós, ao atuarmos como co-formuladores e pareceristas dessas iniciativas, sendo meros mediadores do modo político específico de exploração do trabalho no quadro do qual se dá a expropriação dos países situados na periferia do capitalismo mundial o imperialismo, como sugere Meillassoux? Se assim for, a resposta à questão “de que forma a etnicidade [ou ainda, a diferença cultural específica dos povos indígenas] se articu-

la ao processo de desenvolvimento?” se resolveria apenas por meio de um ajuste de escala, isto é, pela redefinição das unidades mais viáveis para o desenvolvimento econômico, social, político e cultural: os milhares de grupos étnicos estimados hoje no mundo e não as poucas centenas de estados nações como sugere Stavenhagen (1985, p. 41). O desenvolvimento, desse modo, permaneceria não questionado em suas premissas e seus princípios.

Muito provavelmente a nossa tarefa não seja a de integrar à teoria do desenvolvimento o nosso conhecimento, ainda que parcial, da dinâmica étnica, como sugere Stavenhagen. Invertendo o que este propõe, deveríamos antes aplicar tudo o que aprendemos no esforço de conhecer categorias socioculturais centrais dos povos autóctones *mana*, *hau*, *orenda*, *manitu* e outras, na compreensão profunda e radicalmente crítica de uma categoria sociocultural central para nós: o desenvolvimento e a sua “lógica prometeica” (Perrot, 1991, p. 11). Esse empenho nos apontaria vias para compreender melhor a dinâmica e a variação da fronteira desse nós. Quem sabe assim, superando a discussão em torno da funcionalidade da retórica do desenvolvimento e da sustentabilidade¹⁶, não abriríamos um caminho, este sim emancipador, na direção de *outras idéias sobre* o que seja a humanidade, sua felicidade e seu bem estar. Como sugere Sahlins, a respeito da categoria empregada pelos melanésios para se referir a condutas nativas consideradas incoerentes e irracionais pelos ocidentais:

Isso não é nem “desperdício” nem “atraso”. Isso é *desenvolvimento* da perspectiva do povo considerado: sua própria cultura numa escala maior e melhor do que eles jamais a tiveram. [...] *Developman*: o enriquecimento de suas próprias idéias sobre o que é a humanidade (Sahlins, 1992, p. 12-3).

Notas:

¹ Todos os textos originais em francês e inglês foram traduzidos livremente pelo autor.

² Em relação a este mais “novo” predicado do desenvolvimento que a ONU vem empregando, na onda de redefinição dos indicadores e critérios internacionais para mensurar o desenvolvimento, Ignacy Sachs, ele próprio um proponente de adjetivos que pretendem retificar a noção de desenvolvimento (cf. Sachs, 1986) fez um chiste em conferência na Faculdade de Economia e Administração da USP, para indicar as dificuldades em que nos metemos ao tentar qualificar o desenvolvimento. Sachs (1996) disse não entender exatamente a que tipo de desenvolvimento a ONU quer se opor ou criticar ao falar em desenvolvimento “humano”: se a um desenvolvimento “desumano” ou ao desenvolvimento “animal”.

³ Voltaremos a este ponto adiante.

⁴ A sugestão é de Berman (1987) e retornaremos a ela adiante.

⁵ Nos termos de Hopenhayn (*apud* Ribeiro, 1992, p. 38).

⁶ Esta dimensão é destacada por Meillassoux (1992), como indico adiante.

⁷ De fato, um momento de “longa duração”, se é que podemos nos expressar assim.

⁸ Eu enfatizo, personalidades *destacadas*, ou seja, descontextualizadas, des-historicizadas. Enquanto tais e transmutadas pelo ato mágico da representação política em encarnação da vontade coletiva do que quer que representem (de sociedades indígenas particulares ou federadas em organização, ao próprio país), essas “personalidades” parecem representar mais o ideal de desenvolvimento das instituições patrocinadoras do documento cujos defeitos são atribuídos pelos editores, em parte, ao seu “caráter eminentemente consensual” (Comisión, 1992: iii e iv).

⁹ Um verdadeiro exercício de sociologia da produção do informe *Amazônia sem Mitos* deveria considerar não apenas a constituição do metarrelato integrativo do desenvolvimento enquanto ideologia (como faz Ribeiro, 1992), mas também a sua materialização em instituições sociais como o BID, o PNUD e o TCA. Nunca é demais lembrar, por exemplo, que o PNUD, bem como as demais agências da ONU, foram criadas com o objetivo de levar adiante o mandato do desenvolvimento, criando “as condições do progresso econômico e social”. A história do TCA já é mais complexa, relacionada a uma grande mudança na política externa brasileira em direção da América do Sul, a cujos mercados vizinhos se queria ter acesso, e à necessidade de situar e dissimular as ambições continentais do regime militar e do grande capital no Brasil num contexto benigno o da proteção à natureza.

¹⁰ Mais um adjetivo. O modo como o ambientalismo se configura hoje como metarrelato é tratado detalhadamente por Ribeiro (1992), não constituindo objeto de atenção específica nesta resenha.

¹¹ O termo é de Stavenhagen (1985, p. 18).

¹² Perrot já observava como a noção de “necessidades básicas e/ou fundamentais” cuja satisfação é, em tese, tarefa do desenvolvimento é uma expressão da redução dos grupos e coletividades a uma coleção de indivíduos *biológicos*, e não sociais, indiferenciados (Perrot, 1991, p. 5).

¹³ É importante lembrar como Meillassoux (1992) oferece uma visão muito mais sutil desse maniqueísmo “desenvolvimento-bandido x povos-autóctones-mocinhos”, mostrando como a manutenção do “mocinho” é instrumental para a reprodução social do “bandido”.

¹⁴ Se é que de fato há um “estilo” próprio de se fazer Antropologia no Brasil e eu creio que há. Nunca é demais lembrar a profundidade histórica da relação entre saber etnológico e “governo dos índios” no Brasil: desde pelo menos Curt Nimuendajú, que é considerado o primeiro etnólogo moderno no Brasil (Fernandes, 1975, p. 133 e ss.), e que coordenou inúmeras ações do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), inclusive *pacificações*; até Darcy Ribeiro, funcionário de carreira do SPI, que fundou a Sessão de Estudos e Pesquisas deste Serviço, depois Museu do Índio, e faleceu como Senador da República.

¹⁵ Essa, aliás, uma das preocupações distintivas e das contribuições originais da Antropologia feita no Brasil.

¹⁶ É bom lembrar que esta também não é uma categoria transcultural. Onde falar em “sociedades sustentáveis”, vislumbrando “a persistência, por um longo período

do (*indefinite future*) de certas características necessárias e desejáveis [para quem?] de um sistema sócio-político e seu ambiente natural” (Robinson *apud* Diegues, 1992, p. 28), pode representar o aprisionamento em algum tipo de primitivismo forçado (Clad, 1984, p. 69). Como lembrou Sachs (1996), devemos reconhecer a impossibilidade de avançar contra a cultura de um povo na mesma medida em que reconhecemos a sua historicidade e a sua dinâmica: não estamos tratando com realidades estáticas e imóveis, e a preocupação com a mudança sociocultural deve estar explicitada nos “projetos de desenvolvimento comunitário/local/alternativo”.

Referências

- BASTIDE, Roger. *Antropologia aplicada*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- BERMAN, Marshall. O Fausto de Goethe: a tragédia do desenvolvimento. In: _____. *Tudo que é sólido se desmancha no ar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987. p. 37-84.
- CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Práticas interétnicas e moralidade. In: ARANTES, Antônio Augusto; DEBERT, Guita Guin (orgs.). *Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 55-66.
- CLAD, James. Conservation and Indigenous Peoples: A study of convergent interests. *Cultural Survival Quarterly*, n. 8, v. 4, p. 68-73, 1984.
- COMISIÓN sobre Desarrollo y Medio Ambiente en América Latina e Caribe/ONU. Las Opciones para el Futuro de la Amazonia. In: *Amazonia sin Mitos*. Washington: Banco Interamericano de Desarrollo/PNUD, p. 65-74, 1992.
- DIEGUES, Antônio Carlos. Desenvolvimento sustentado ou sociedades sustentáveis: da crítica aos modelos aos novos paradigmas. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 6, n. 1-2, p. 22-33, 1992.
- FERNANDES, Florestan. Tendências teóricas da moderna investigação etnológica no Brasil. In: _____. *A investigação etnológica no Brasil e outros ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1975. p. 119-90.
- FORESTA, Ronald. *Amazon Conservation in the Age of Development: the limits of providence*. Gainesville: University of Florida Press, 1991.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio de sociologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.
- MEILLASSOUX, Claude. O sucesso da política de ajuda ao sobredesenvolvimento dos países ricos. In: ARANTES, Antônio Augusto; DEBERT, Guita Guin (orgs.). *Desenvolvimento e Direitos Humanos: a responsabilidade do antropólogo*. Campinas: UNICAMP, 1992. p. 27-41.
- PERROT, Dominique. Les empêcheurs de développer en rond. *Ethnies*, n. 13, p. 4-11, 1991.
- PIETILÄ, Hilikka. Environment and Sustainable Development. *IFDA Dossier*, n. 77, p. 61-70, 1990.
- RAMOS, Alcida Rita. Ethnology Brazilian Style. *Cultural Anthropology*, n. 5, v. 4, p. 452-7, 1990.

RATTNER, Henrique. Meio ambiente e desenvolvimento sustentável. *São Paulo em Perspectiva*, n. 6, v. 1-2, p. 30-3, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentável: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. *Série Antropologia*, Brasília: Departamento de Antropologia/UnB, p. 123, 1992

SACHS, Ignacy. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. São Paulo: Vértice, 1986.

_____. *Do crescimento econômico ao desenvolvimento total: estratégias para o século XXI*. Comunicação Pública (Conferência). São Paulo, Auditório da FEA/USP, 28 de agosto de 1996.

SAHLINS, Marshall. The Economics of Develop-man in the Pacific. *Res*, n. 21, p. 12-25, 1992.

SANTOS, Selene Herculano. *Reflexões críticas sobre o Relatório Brundtland: as questões do "desenvolvimento sustentável" e da "nova ordem econômica internacional"*. Niterói: ICHF/UFF, 1991.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Etnodesenvolvimento: uma dimensão ignorada no pensamento desenvolvimentista. *Anuário Antropológico 84*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 11-44, 1985.

_____. Ethnocide ou Ethno-développement: le nouveau défi. *Ethnies*, n. 13, p. 53-7, 1991.

TRAINER, Ted. A Rejection of the Brundtland Report. *IFDA Dossier*, n. 77, p. 71-84, 1990.

Recebido em 24 de setembro de 2005.

Aprovado para publicação em 16 de fevereiro de 2006.

